



Lusa



Plano de Ordenamento do Baixo Sabor salvaguarda recursos naturais - Governo

Nacional

12 DE MAIO DE 2017
20:31

Lusa

PUB

A secretária de Estado do Ordenamento do Território, Célia Ramos, sublinhou hoje, em Torre de Moncorvo, a importância do Plano de Ordenamento do Baixo Sabor para a "salvaguarda dos recursos naturais" da região.

"Este Plano de Ordenamento constitui-se como um novo instrumento de gestão do território, que tem um carácter especial e será também uma salvaguarda dos recursos naturais e [esperamos] que a partir daqui se possam delinear os constrangimentos e a forma de proteger a natureza", explicou Célia Ramos.

A secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza falava à agência Lusa à margem da inauguração de um Centro de Interpretação Ambiental e Recuperação Animal, equipamento de 1,7 milhões de euros financiado pela EDP e situado no Felgar, concelho de Torre de Moncorvo, no distrito de Bragança.

Com aquele novo instrumento de ordenamento, explicou Célia Ramos, os projetos turísticos e ambientais a implantar ao longo dos mais de 60 quilómetros de extensão na albufeira da barragem do Baixo Sabor terão assim regras bem definidas, tendo em vista "a proteção ambiental do todo o ecossistema".



PARTILHAS



ENVIAR POR EMAIL



IMPRIMIR

O melhor do Diário de Notícias no seu email



Agora pode subscrever gratuitamente as nossas newsletters e receber o melhor da atualidade com a qualidade Diário de Notícias.

SUBSCREVER

"Não pretendemos um Plano de Ordenamento com uma ocupação desenfreada do território, mas com projetos turísticos bem delineados, capazes de atrair um tipo de turismo não massificado dada a sensibilidade ambiental da região", destacou a governante.

Os projetos a apresentar ao Fundo Baixo Sabor devem incidir, a título de exemplo, nas novas economias, eficiência energética, mobilidade suave ou observação astronómica.

"O silêncio, a luz das estrelas, a calma das águas, a fauna e flora são algumas das mais-valias deste território tão especial", enfatizou Célia Ramos.

Para o presidente da Associação de Municípios de Baixo Sabor, Nuno Gonçalves, as prioridades passam por alargar a coesão regional, fomentar a criação de emprego e potenciar as valências turísticas e ambientais dos futuros lagos do Sabor.

"Contudo, poderíamos ir mais além e criar outras vertentes, como a proteção e preservação do património arqueológico descoberto no Baixo Sabor ou promover a gastronomia e as atividades turísticas", explicou o autarca social-democrata.

A albufeira criada pelo escalão de montante estende-se ao longo de 60 quilómetros, desde a zona da barragem até cerca de 5,6 quilómetros a jusante da confluência do rio Maçãs com o rio Sabor, ocupando áreas dos concelhos de Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros.



Mais Notícias

